

LEI N.º 2.249

DE 20 DE ABRIL DE 2004.

CERTIFICO que nesta data foi
publicado(a) no Placard desta

Prefeitura n.º 2.249
de 20 de abril de 2004
Goiá, 20 de abril de 2004


Cláudia Rezek Rodrigues
SEC. DE A. M. E FINANÇAS

**“RECONHECE A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL
INTERESSE PÚBLICO, AUTORIZA
A CONTRATAÇÃO POR PRAZO
DETERMINADO, NA FORMA QUE
ESPECIFICA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS”.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA,**
ESTADO DE GOIÁS, fundamentada na competência que lhe
conferem as Constituições da República e do Estado de Goiás, bem
assim a Lei Orgânica, e tendo em vista o interesse superior e
predominante do Município, embasada nas disposições contidas no
artigo 30, em combinação com o inciso IX, do artigo 37 da
Constituição da República e no inciso X, do artigo 92, da
Constituição do Estado de Goiás, **APROVA** e eu, Prefeito Municipal,
SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica, por força da presente lei,
reconhecida a necessidade temporária de excepcional interesse
público, no âmbito do Poder Executivo do Município de Goianésia,
para fins de contratação de pessoal, em caráter de urgência, que
atuará no atendimento às áreas da Secretaria Municipal de
Administração e Finanças, Secretaria Municipal de Educação,
Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Serviços Urbanos, visto
que sem a contratação estas áreas não terão condições de
funcionar, afetando o atendimento básico da Comunidade, com a
observância do limite de despesas fixado no artigo 38/ADCT/CF e
demais normas vigentes aplicáveis à espécie.

Art. 2º - Fica autorizado, o Chefe do Poder
Executivo, a contratar pessoal, no regime jurídico Estatutário,
modalidade contrato administrativo, por prazo determinado de, no
máximo, 09 (nove) meses, até que se faça o competente Concurso
Público, para os cargos, com os respectivos vencimentos,
quantitativos e requisitos.



CARGO	QUANTITATIVO	VENCIMENTO
Auxiliar de Serviços Gerais Classe I	30	R\$ 250,00
Motorista Classe I	05	R\$ 303,88

Art. 3º - Fica estabelecido que, com a sua vacância, antes de escoado o prazo de 09 (nove) meses, o cargo será novamente provido por outro servidor que preencha os seus requisitos até a exaustão final da vigência desta Lei, segundo a necessidade e o interesse superior e predominante do Município.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei, acorrerão à conta da dotação própria do vigente orçamento, segundo o Plano de Classificação Programática, nos termos da Lei Federal n.º 4.320/64, de 17/03/64 e modificações posteriores.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANÉSIA, ESTADO DE GOIÁS, aos vinte dias do mês de abril de dois mil e quatro (20.04.2004). 50º ano de emancipação.



OTÁVIO LAGE DE SIQUEIRA FILHO
Prefeito Municipal